



Índice

- 01 Equador acusa cientistas dos EUA de tirar sangue de índios ilegalmente
- 02 Índios ameaçam invadir fazenda com maior produtividade de cacau na Bahia
- 03 Relatora de recursos relacionados à Aldeia Maracanã recebe advogado e indígenas no TRF2
- 04 Indígena estende faixa por demarcação na abertura da Copa
- 05 Diamantino sedia 1º Encontro Educacional da etnia Bakairi
- 06 Mapas mostram comunidades impactadas pela Bamin
- 07 BA – Comunidades sofrem com mineração
- 08 Indígena é suspeito de agredir três filhas em Campo Grande, diz polícia
- 09 MPF/MG recomenda fim de atuação preconceituosa da Guarda Municipal de BH contra indígenas
- 10 Paulo recebe apoio de lideranças indígenas
- 11 Carta em nome do Povo Tenharim, pedindo urgência de visita da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas e Comissão de Direitos Humanos da Câmara
- 12 Delitos Indígenas
- 13 Criança indígena morre em Cacoal, RO, com suspeita de H1N1



- 14** FCBlu abre exposição indígena nesta quarta-feira
- 15** Índios desocupam entrada de projeto Onça Puma, em Ourilândia do Norte
- 16** Aldeia Maracanã: índios removidos entram para o programa Minha Casa, Minha Vida
- 17** Quilombolas da região de Batalha são beneficiados pelo Programa Alagoano de Inclusão Digital
- 18** Conversão de índios no Oiapoque muda costumes da aldeia
- 19** Importante: Professora demitida pela Prefeitura de Jacareacanga denuncia ameaças, intimidação e desrespeito à Constituição e aos direitos dos Munduruku
- 20** Índios chegam nesta terça para assistir jogo na Arena e serão recebidos no CAM
- 21** Deputado diz que questão indígena em MS pode servir de exemplo para outras áreas
- 22** Superação de conflito fundiário indígena está perto de se tornar real
- 23** Garoto indígena faz protesto durante a cerimônia de abertura da Copa do Mundo
- 24** Autonomia indígena: município mexicano ganha na justiça direito de se autogovernar
- 25** Divulgado relatório que aponta graves violações de direitos de indígenas no MS
- 26** Campanha quer diminuir violência contra mulheres indígenas rarámuris
- 27** Na Bahia, comunidade pesqueira quilombola de Santiago do Iguape realiza mês de mutirão para a Campanha pelo Território Pesqueiro
- 28** MPF denuncia oito por crimes contra comunidade Retireiros do Araguaia



Ecuador acusa cientistas dos EUA de tirar sangue de índios ilegalmente

SÍTIO BOL NOTÍCIAS, 16.06.2014

Uma companhia de petróleo e um instituto médico americano teriam extraído e vendido, sem autorização, pelo menos 3.500 amostras de sangue de 600 indígenas equatorianos com características genéticas únicas, segundo uma investigação do governo equatoriano.

Houve cerca de "3.500 procedimentos" de extração de sangue, disse René Ramírez, titular da secretaria (ministério) de Educação Superior e Ciência do Equador, ao canal estatal ECTV.

O presidente equatoriano, Rafael Correa, disse na última sexta-feira que as amostras foram retiradas desde a década de 1970, "em parceria com uma petroleira que operava nestes territórios, a Maxus", em um caso em que estão envolvidos a Escola de Medicina da Universidade de Harvard e o americano Instituto Coriell, dedicado à pesquisa médica.

Ramírez afirmou que, segundo um estudo de sua pasta, naquela época havia uns 600 nativos huaorani, o que "significa que foram extraídas algumas 'pintas' (450 mililitros) de sangue de uma pessoa mais de uma vez".

"Mas, uma das principais (responsáveis) foi a Maxus, com este Instituto Coriell, que vendeu o sangue coletado para que se fizessem estas pesquisas", afirmou Ramírez. A destinatária das amostras para estudo teria sido a Universidade de Harvard.

"São comunidades que têm suas características (genéticas) próprias, únicas em nível mundial", disse o funcionário, destacando que mais de 80% das extrações de sangue ocorreram sem consentimento e que "ninguém sabia que tinham fins de pesquisa".

A Maxus operou na selva equatoriana até meados dos anos 1990, embora tenha estendido sua presença através de outra petroleira.

Com base em testemunhos dos huaorani, a Defensoria do Povo do Equador estabeleceu, há dois anos, que entre 1990 e 1991, dois americanos, entre eles um médico da Maxus, retiraram amostras de sangue de vários deles, alegando que seriam usadas para exames, cujos resultados nunca entregaram.

Correa afirmou que o plasma foi submetido a "experimentos" porque os nativos, que se mantinham afastados da civilização, são "imunes a certas doenças".

"Mentiram para eles, disseram que seria para sua saúde e em 95% dos casos nunca se chegou com informação sobre que tipo de doença tinham", disse o secretário.

Na sexta-feira, Correa afirmou que "não existe nenhuma lei federal dos Estados Unidos que dê



fundamento jurídico para acionar em tribunais Coriell, Maxus ou os cientistas" de Harvard. No entanto, afirmou que serão buscadas as vias para isto.

O presidente afirmou existirem 31 artigos científicos publicados entre 1980 e 2012 sobre estas amostras de sangue dos huaorani, que certos autores estão associados a Harvard e que cientistas vinculam Coriell como "fornecedor do sangue".

Em agosto de 2012, o presidente tinha anunciado que seu país preparava uma ação internacional contra o Coriell, ao qual os indígenas amazônicos acusam de ter comercializado ilegalmente seu material genético, embora se desconhecesse na época a quantidade de extrações realizadas.

Segundo a Defensoria do Povo, "comprovou-se que o Instituto Coriell tem, em suas bases, amostras e vende material genético de nacionalidade huaorani. Estas amostras foram adquiridas de um cientista da Escola de Medicina de Harvard".

Ainda segundo a Defensoria, o Instituto "possui ilegalmente, desde 18 de dezembro de 1991, amostras de sangue" da etnia amazônica e, desde 1994, teria distribuído sete culturas celulares e 36 amostras a oito países.

A prática viola a Constituição equatoriana, que proíbe o "uso de material genético e a experiências científicas que atentem contra os direitos humanos", assim como disposições internacionais, destacou.



Índios ameaçam invadir fazenda com maior produtividade de cacau na Bahia
SÍTIO JORNAL DO RADIALISTA, 16.06.2014

O clima no extremo sul baiano é cada vez mais tenso entre índios e produtores rurais. Desta vez, o alvo dos “supostos índios” é a Fazenda Lembrança II localizada no município de Itabela que possui uma produção de cacau estimada para 2014 em 40.000 (quarenta mil) arrobas do fruto.

Desde o início do mês os produtores da região estão tendo suas fazendas tomadas pelos supostos índios, sob ameaça física, degradação do patrimônio, extorsão financeira e atentado de morte. Na última quarta-feira (11), um grupo de produtores da região se reuniu na sede da Fazenda Lembrança, para unir esforços e tentar encontrar soluções para a situação, no entanto ao retornarem do encontro, um dos produtores foi vítima de disparos com arma de fogo, que atingiu a lateral esquerda do veículo que dirigia, tendo o vidro do condutor sido bastante alvejado, e por muito pouco não teve sua vida ceifada.

Mesmo com o ocorrido os produtores não puderam registrar um Boletim de Ocorrência na Polícia Civil de Itamarajú, pois foram informados por profissionais da delegacia, que por se tratar de caso envolvendo índios a responsabilidade do registro é da Polícia Federal.

A tensão aumenta à medida que cresce o número dos supostos índios no entorno das propriedades. “A cada dia aumenta o número de carros e também o número de pessoas na Fazenda que já está ocupada e fica ao lado da nossa propriedade. Além disso, estamos sendo informados a todo instante que deverão ampliar as invasões e poderão chegar até a nossa propriedade”, contou Dina Lembrance uma das proprietárias da fazenda, em entrevista ao Mercado do Cacau.

A Fazenda Lembrança II como já mostramos em vídeo na TV Mercado (VEJA AQUI), possui a maior tecnologia para produção e beneficiamento de cacau do país, envolvendo máquina de quebra, secadores, caldeira, estrutura de galpão, constantes investimento em novas áreas de plantio, além de ser, uma geradora de 130 empregos diretos com registro no Ministério do Trabalho e Emprego em conformidade com a Consolidação das Leis Trabalhistas. A propriedade é gerida por sete irmãos que investiram também em irrigação, afim de, aumentar a produtividade do fruto e tornar a cultura viável na região adotando o modelo de plantio a pleno sol.

Os irmãos temem por suas vidas, uma vez que, para ter acesso à propriedade eles precisam passar por uma única estrada, localizada no meio das propriedades invadidas, sob constantes ameaças. “A estrada que dá acesso a nossa propriedade já fora bloqueada pelos supostos índios e liberada posteriormente por eles mesmos. E tememos que eles voltem a bloquear a via

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 106/2014

Brasília, 17 de junho de 2014.

e tornem a fazenda inacessível . Nós estamos vivendo um clima bastante tenso, pois além da extorsão financeira, estamos sendo constantemente ameaçados e sem ter a quem recorrer, principalmente porque no momento todos os olhos se voltam somente para a copa do mundo”, finalizou Dina. Fonte: Mercado do Cacau



Relatora de recursos relacionados à Aldeia Maracanã recebe advogado e indígenas no TRF2

SÍTIO PROMAD, 16.06.2014

A juíza federal Carmen Silvia Lima de Arruda , convocada para compor o quorum da Sexta Turma Especializada do TRF2, recebeu na tarde do dia 16 de junho, o advogado que representa membros de comunidades indígenas da Aldeia Maracanã, na Zona Norte carioca.

Na ocasião, o advogado Arão da Providência Araújo Filho foi recebido no gabinete da magistrada acompanhado de alguns dos índios que estiveram no Tribunal onde tramitam recursos relacionados à disputa envolvendo a ocupação do prédio do antigo Museu do Índio, onde está instalada a aldeia.

Carmen Silvia Lima de Arruda é relatora de um agravo e de uma medida cautelar apresentados pela defesa dos indígenas.

O mérito do processo ainda será julgado pela Sétima Vara Federal do Rio de Janeiro. A questão judicial começou com uma ação civil pública, cuja autora é a organização Cesac - Etnoconhecimento Sociocultural e Ambiental Cayueré.



Indígena estende faixa por demarcação na abertura da Copa

SÍTIO INSTITUTO HUMANISTAS UNISINOS, 16.06.2014

Imagem foi ignorada pela transmissão de tevê. Ação foi pensada há cerca de um mês, quando guaranis foram convidados a abertura .

Uma criança branca, uma negra e um índio com um cocar entraram juntos na abertura da Copa do Mundo nesta quinta-feira 12. As imagens da televisão mostraram as crianças soltando uma pomba branca minutos antes do início da partida entre Brasil e Croácia. As emissoras omitiram, porém, a imagem do indígena abrindo logo em seguida uma faixa onde estava escrito "demarcação".

A reportagem é de Piero Locatelli e publicado pela CartaCapital, 13-06-2014.

A faixa do jovem de 13 anos lembrava a demora do governo federal para demarcar novas terras indígenas no Brasil. O garoto vive na aldeia Krukutu, na região de Parelheiros, no extremo sul da cidade de São Paulo. No local, os índios moram em situação precária enquanto aguardam a assinatura da demarcação pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para que possam ter acesso a uma terra maior. Em uma terra maior, dizem os índios, poderiam retomar seu modo de vida tradicional.

O ato foi pensado há cerca de um mês, quando os organizadores da Copa buscaram os guaranis da cidade para convidá-los a fazer parte da abertura. O convite chegou em meio a uma campanha realizada em todo o Brasil pela demarcação de terras, e os indígenas resolveram aproveitar a oportunidade para mostrarem sua reivindicação.

"Naquele momento, aceitamos o convite e começamos a pensar em fazer alguma coisa na abertura. Nós organizamos que alguém iria entrar com uma faixa escondida, aí falamos para ele: 'abre a faixa lá e seja o que Deus quiser' ", diz Fabio Jekupé, liderança da aldeia indígena.

Fábio conta não ter ficado surpreso com a omissão do ato na televisão. "Eles não querem mostrar isso, querem mostrar só a paz entre os povos para dizer que está tudo bem e está tudo legal, mas a situação aqui não é essa" diz, referindo-se a entrada das três crianças juntas passando uma ideia de paz.

Em meio a uma campanha pela demarcação de terras em todo país, os guaranis dizem que não são contra a Copa. Segundo David Karai, morador da aldeia do Jaraguá em São Paulo, os indígenas não participaram dos atos contra o mundial, mas dizem que o evento foi uma oportunidade para mostrar ao mundo a situação em que vivem. "Os guaranis estão vendo a copa, todos os jogos. Por isso mesmo nós temos que ir pra rua e mostrar que nós estamos vivos, para nós sermos lembrados".

Diamantino sedia 1º Encontro Educacional da etnia Bakairi
SÍTIO O DIVISOR, 16.06.2014

Até o dia 18, representantes indígenas de sete aldeias e professores discutem a formação continuada dos índios de Nobres e Paranatinga



Participaram do evento representantes indígenas da aldeia Kaiabi, professores e coordenadores da educação dos polos do Cefapro de Diamantino e Primavera do Leste

Deu início até na manhã desta segunda-feira (16.06) o 1º Encontro Educacional da Etnia Kurã Bakairi. O encontro está sendo realizado na sede do Centro de Formação de Professores (Cefapro), polo de Diamantino. As atividades seguem até o próximo dia 18.

Estão reunidos com professores e coordenadores de ensino sete representantes indígenas que compõe a etnia Kaiabi. Dentre eles seis caciques, sendo quatro deles do município de Nobres e dois outros caciques e um pajé do município de Paranatinga.

A coordenadora do Cefapro de Diamantino, Rosi Parma Timidade, explica o principal objetivo deste encontro educacional, que reuniu os polos de Diamantino e Primavera do Leste. "A gente vai estar discutindo as questões educacionais mesmo. A organização curricular da educação indígena específica, genérica".

Segundo Rosi Parma, os educadores em Mato Grosso têm trabalhado a especificidade da educação escolar indígena, que deve ser voltada para sua cultura e sua realidade social, étnica e com uma organização diferenciada.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 106/2014

Brasília, 17 de junho de 2014.

Também fizeram parte da mesa de formação a formadora técnica da Secretaria Estadual de Educação (Seduc-MT), Graciele Teixeira. Os secretários municipal de educação, Nilvo Pedro de Diamantino e Elenice Valandro de Nobres. O assessor pedagógico do polo de Diamantino, César Augusto Spíndola.

Já a tarde, houve uma roda de conversa onde dois caciques representando os dois polos regionais do Cefapro contaram um pouco da história de organização escolar das aldeias. Posteriormente, serão trabalhadas as questões das legalidades e dos direitos escolar-indígena, da organização escolar. Também serão abordados a importância da formação continuada de professores, além da produção de planejamento semestral das aulas, segundo as normas mato-grossenses de ensino específicas para os índios.



BA – Comunidades sofrem com mineração
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.06.2014

Por CPT Centro Norte, em CPT/BA

Cerca de 150 famílias das comunidades de Jabuticaba, Itapicuru e Canavieiras, do município de Jacobina-BA, estão sofrendo com os impactos socioambientais da mineração de ouro.

Segundo moradores, a situação das famílias piorou muito a partir de 2007 quando a empresa canadense Yamana Gold começou abertamente a exploração. Elas são diretamente impactadas pela contaminação das águas, rachaduras nas casas devido às detonações da mina, ruídos acima do permitido por lei e suas lideranças ainda sofrem intimidações.

Já não bastassem tudo isso, recentemente foi aberta uma nova galeria localizada há menos de um quilometro da comunidade de Jabuticaba.



Na foto, a poeira causada pelas detonações chega às comunidades.

“Esta nova galeria está causando grandes transtornos para as famílias com as detonações fora de hora. Na semana passada aconteceu uma detonação que me deixou tremendo por um bom tempo, devido ao susto que eu levei. Além de abalar as estruturas das casas, tem horas que o telhado balança e até caiu um pedaço do reboco de uma casa mais próxima da galeria”, contam Benedito e Edicleide, moradores de Jabuticaba.

Na comunidade de Itapicuru a situação é precária. Além das famílias terem perdido as suas terras, que estão hoje concentradas pela mineradora, já não podem trabalhar no garimpo. Para Claudiana a comunidade tem procurado se defender das ameaças de expulsão do seu território. “Começamos a nos organizar com a ajuda da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 2010, quando a empresa expulsou todos os garimpeiros que trabalhavam. Fizemos

CONT.



manifestações nas comunidades impedindo o funcionamento da empresa e reivindicando nossos direitos, no momento estamos com uma Ação Civil Pública encaminhada pelo Ministério Público (MP) contra a JMC YAMANA GOLD”, explica.

A situação das famílias é de total insegurança, pois quando a empresa não leva à expulsão, a exemplo de Canavieira, desrespeita os direitos das comunidades e nem mesmo tem cumprido acordos firmados com o MP. Diante disso as comunidades têm se organizado, como a Ação Civil Pública que proibiu o trânsito de caminhões nas estradas dentro da comunidade; têm exigido juntamente ao MP a criação da Comissão de Acompanhamento dos Empreendimentos (CAE), como condicionante exigida pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA); e têm fortalecido a luta através de suas associações, discutindo alternativas de geração de renda e estratégias de enfrentamento a mineradora para a garantia dos direitos e a permanência com dignidade em seu território.



Indígena é suspeito de agredir três filhas em Campo Grande, diz polícia

SÍTIO REGIÃO NEWS, 16.06.2014

Indiciado por lesão corporal grave, o homem foi preso em flagrante na ocasião e solto há três dias, após pagar a fiança de R\$ 2.896.

Um indígena de 36 anos foi indiciado por suspeita de agredir as três filhas em Campo Grande. A titular da Delegacia Especializada de Proteção à Criança e o Adolescente (Depca), Regina Márcia Rodrigues, afirmou ao G1 que a filha mais velha, de 17 anos, teve o braço direito quebrado e levou um soco no olho esquerdo. As outras, de 11 e 15 anos, se machucaram com empurrões, tapas e puxões de cabelo, segundo a delegada.

No dia 7 de junho, segundo depoimento das vítimas, o homem chegou à casa embriagado e acordou as meninas. "Sem motivo aparente, ele as agrediu verbalmente e começou a machucá-las. A mais velha, que questionava o pai sobre as acusações, foi ferida com um soco no olho e caiu no chão. Ao tentar defender, a adolescente de 15 anos caiu em cima da irmã e com isso ela fraturou o braço", relatou a delegada.

Ambas pediram socorro e a criança de 11 anos também recebeu atendimento médico. Elas prestaram depoimento na Depca na manhã desta segunda-feira (16). As meninas contaram que residiam com o pai há três anos e há seis ele está separado da mãe.

Indiciado por lesão corporal grave, o homem foi preso em flagrante na ocasião e solto há três dias, após pagar a fiança de R\$ 2.896. Ele ainda perdeu a guarda das garotas, que agora residem com a mãe, conforme a titular da Depca. "Tenho 30 dias para encerrar o inquérito e mais pessoas serão ouvidas neste período", disse a delegada.



MPF/MG recomenda fim de atuação preconceituosa da Guarda Municipal de BH contra indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.06.2014

Nos últimos meses, têm sido frequentes os relatos de abuso de autoridade e práticas discriminatórias contra índios que vivem e transitam pela capital mineira

Ministério Público Federal em Minas Gerais

A Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC), órgão do Ministério Público Federal (MPF), recomendou ao Secretário Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial de Belo Horizonte/MG e ao Comandante da Guarda Municipal a adoção de medidas imediatas para impedir violações a direitos da população indígena que vive ou visita a cidade.

Nos últimos meses, vêm se repetindo episódios em que guardas municipais abordam indígenas no centro de Belo Horizonte, tratando-os com violência física e verbal e fazendo comentários desrespeitosos e jocosos com relação à sua cultura. No dia 1º de junho, um dos guardas chegou a ameaçar um índio com um taser (arma de eletrochoque).

Todas as ações teriam sido motivadas exclusivamente por preconceito étnico-cultural, causando desconforto e grande constrangimento público aos indígenas que visitam o centro da cidade, especialmente aos domingos, para expor e vender seus produtos na Feira de Artesanato da Avenida Afonso Pena.

O mero fato de um dos índios portar arco e flecha, elemento simbólico de sua cultura, teria sido utilizado como motivação para a abordagem agressiva dos guardas municipais, ao argumento de que se tratava de uma arma.

“O porte do arco e flecha por indígenas não pode justificar a atuação das forças de segurança pública, tendo em vista que esse elemento cultural é utilizado pelos índios que comercializam artesanato não como forma de ameaçar a população, mas, ao contrário, como forma de aproximá-la da cultura indígena”, explica o Ministério Público Federal.

Lembrando que artigo 58, I, da Lei nº 6001/1973 (Estatuto do Índio) define como crime contra os índios e a cultura indígena o ato de escarnecer de cerimônia, rito, uso, costume ou tradição e cultura indígenas ou de perturbar de qualquer modo a sua prática, a recomendação alerta também para outros dispositivos legais que proíbem o tratamento discriminatório e preconceituoso, como a lei contra o racismo (Lei 7.716/89) e a lei do abuso de autoridade (Lei 4.898/65).

CONT.



O procurador regional dos Direitos do Cidadão, Edmundo Antônio Dias, lembra que “o censo de 2010 do IBGE aponta que 36,2% dos indígenas do país residem em áreas urbanas. Em geral, isso decorre de violações de direitos e da precariedade de serviços básicos em terras indígenas. Portanto, o respeito integral à cultura indígena é um imperativo muito atual em nossas cidades, que passa pelo enfrentamento ao preconceito quanto à forma como se vestem os indígenas ou ao mero fato de portarem um arco e uma flecha. Esse preconceito reside na não aceitação de que o índio possa trajar-se de maneira típica em nossa cidade, como se eles só tivessem o direito de ser índios quando moram em aldeias. Isso não deixa de ser uma forma de se impor a perda da identidade indígena. É, portanto, uma violência inaceitável.”

Por isso, ele recomendou que os guardas municipais sejam orientados, em suas atividades, a evitar qualquer comentário ou prática ofensiva aos valores e identidades indígenas, agindo dentro dos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade e moderação e observando a garantia constitucional do direito de ir e vir e permanecer, bem como o direito ao livre uso dos espaços públicos da capital.

O MPF também recomenda que os órgãos superiores determinem aos guardas municipais o respeito ao porte do arco e flecha pelos indígenas, devendo a Corregedoria da instituição instaurar os competentes procedimentos administrativos disciplinares nos casos de atentado à incolumidade física e à honra de membros dos povos indígenas.

Por fim, ainda foi recomendado que a identificação da Guarda Municipal seja feita em material fluorescente, com letras em tamanho que permita sua leitura à distância, já que, atualmente, durante as abordagens irregulares e abusivas, seus integrantes chegam inclusive a impedir a visualização da identificação que são obrigados a portar em seus fardamentos.

O secretário municipal de segurança e o comandante da Guarda Municipal terão prazo de 15 dias para informar o acatamento da recomendação.

Paulo recebe apoio de lideranças indígenas

SÍTIO BLOG DO FRANCISCO EVANGELISTA, 16.06.2014



Lideranças pernambucanas da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) declararam, nesta segunda-feira (16), apoio à candidatura de Paulo Câmara (PSB) ao Governo Estadual. Elas se reuniram com o socialista para oficializar o engajamento e apresentar sugestões e demandas do movimento sobre políticas públicas a serem incluídas no Programa de Governo, como a criação da categoria de Professor Indígena na rede estadual, além de uma instância de participação nas decisões da gestão estadual.

Câmara se disse honrado com o apoio recebido e reiterou o compromisso com os povos indígenas de Pernambuco. "Tivemos uma conversa muito boa, buscando entender o que podemos estabelecer em nosso Programa de Governo para agir em apoio aos povos indígenas, que tanto representam social e culturalmente para Pernambuco, o Nordeste e o Brasil. Teremos ainda outras conversas com um número maior de representantes do movimento, olho no olho, para construir isso", ressaltou.

Coordenador estadual da APOINME, Sarapó Pankararu, afirmou que, além de representar a continuidade das ações do Governo Eduardo Campos (PSB), que geraram um grande avanço social, o PSB tem uma estreita relação com os movimentos indígena e social que remonta ao ex-governador Miguel Arraes. "Eduardo honrou essa história de preocupação social e de diálogo com os movimentos. Ao conversar com Paulo Câmara percebemos que, por sua sensibilidade e humanidade, ele é a pessoa talhada para prosseguir esse trabalho. O outro lado da disputa estadual representa outros segmentos, não o nosso", avaliou o dirigente.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 106/2014

Brasília, 17 de junho de 2014.

NACIONAL - Na conversa com Paulo Câmara, a APOINME também manifestou o interesse da Articulação Indígena dos Povos do Brasil (APIB) em promover um encontro com o candidato do PSB à Presidência da República, Eduardo Campos (PSB), e sua vice, Marina Silva (PSB/Rede), para debater a situação das nações em todo o País e a insatisfação com as políticas públicas promovidas para o setor pela atual presidente, Dilma Rousseff (PT).



Carta em nome do Povo Tenharim, pedindo urgência de visita da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas e Comissão de Direitos Humanos da Câmara
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.06.2014

Por Iremar Antonio Ferreira*

Poteakuá... bom dia...

“Nosso espírito está doente... nosso sangue está escorrendo pelo chão junto com nossas lágrimas...” – estas as palavras de dona Margarida Tenharin, no alto de seus sessenta e poucos anos, que viu a chegada da frente de ocupação de seu território tradicional nas margens do Rio Marmelos, que viu a Rodovia Transamazônica rasgar o coração de seu povo, que viu a Mineradora Paranapanema abrir crateras, extrair minérios e enterrar seus parentes aos montes, vítimas do sarampo, da catapora e da gripe...

Este discurso foi a tônica da Assembléia dos Kawahib – Povo Tenharin na aldeia Bela Vista -, entre os dias 13 a 15 de junho, com mais de 300 indígenas Tenharin e com a presença de convidados: Antenor Karitiana e Henrique Yabadaí Surui, da Comissão de Articulação do Movimento Indígena de RO, noroeste do MT e sul do AM; de pessoas do CIMI (Volmir e Laura); do IIEB (Cloude e equipe); do IMV (Márcia Mura); e do mandato do Dep. Fed. Pe. Ton (Iremar).

Esta assembléia teve um único objetivo: energizar o povo Tenharin na condução da vida diante de outros desafios como: sustentabilidade pós-pedágio (compensação), organização interna e ameaça da barragem de Tabajara.

Porém a situação da prisão dos cinco Tenharin – Gilson, Gilvan, Domiceno, Simeão e Valdiná – também ocupou a pauta e gerou muita consternação, principalmente entre os mais idosos. Depoimentos dão conta de que foram escalados jovens para vigiar os idosos, porque falam em se matar para não sofrer mais com a prisão de seus filhos.

O mês de julho é o período de realização da Festa dos Espíritos. No ano passado foi escolhido o cacique Domiceno (que está preso) para coordená-la, ou seja, ele é o dono da festa escolhida pelo antecessor... só ele pode coordenar este momento... sem ele dar as coordenadas, nem as pessoas podem se preparar, cortar cabelo, construir a maloca da festa...

Já Gilvan (preso) é filho do falecido cacique Ivan, e ele deveria ter sido empossado pelos mais velhos como cacique de origem do Povo Tenharin... Ele foi preparado para ser o guardião da cultura, a continuidade e manutenção da relação intra-étnica dos clãs Tarawé e Mutum-Namguera.

CONT.



SE NÃO FOR CONSENTIDO PELA JUSTIÇA A LIBERDADE DELES ESTE CICLO DA CULTURA VAI SE QUEBRAR... isso significa que o Povo estará desprotegido pelos Espíritos porque o Povo está sem cacique de origem e sem o dono da festa... ficarão sujeitos a doenças, conflitos internos e externos, porque estarão sem direção...

Alguns guerreiros antigos afirmaram que se não for feita Justiça, se eles não forem soltos (nem que seja para cumprir prisão domiciliar na aldeia), os Tenharin estarão declarando guerra à in-Justiça dos "brancos" e isolarão a Transamazônica que só tem trazido mortes para eles...

Por isso as lideranças mais jovens pedem urgentemente a presença da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, Comissão de Direitos Humanos e demais lideranças políticas do Estado do Amazonas para que vão visitá-los, para ajudar a criar esperança, para se solidarizar e transmitir energia para eles, porque do contrário tudo poderá acontecer com aquele povo e o que mais temem, perder o controle...

Porque assim disse uma liderança: preferimos viver no isolamento do nosso jeito, do que ver nossa terra sendo destruída por esta rodovia, por estes governos, por estes madeireiros, garimpeiros, traficantes e ver nosso povo ser tratado como marginal...

Outra liderança ainda afirma: a ação do Coronel Poty aqui foi de mentiroso...nós confiamos neles, demos apoio para as investigações e tudo; e aí junto com a Federal eles levaram nossos filhos pra fora da nossa terra pra prendê-los, isso foi ilegal, e ainda os mantêm presos sem provas... onde já se viu se nós tivéssemos feito alguma coisa com essas pessoas nós íamos abrir as portas de nossa terra, acompanhar eles nas buscas, dar apoio?

ATENÇÃO: o cacique Domiceno já sofreu um AVC a uns anos atrás e sua papelada foi queimada na CASAI de Humaitá e o mesmo está doente na prisão correndo risco de repetir e pela ausência deste histórico a administração do presídio não deixa entrar medicamentos... isso é gravíssimo... esta semana deverá vir médico da Casai de Humaitá para ver esta situação... imagina se neste período ele sofre outro (tem reclamado de dores de cabeça e com inchaço) e vem a óbito dentro da prisão... ai é o fim...

As perguntas que não calam feitas pelas lideranças:

- quem vai pagar prejuízo de nossas aldeias com a queima de construções, moto, carros compradas por nós...
- quem vai responder pela morte do cacique IVAN, que foi assassinado e não acidente como afirmam no laudo;
- quem vai pagar pela violência física e psicológica sofrida pelos Tenharin, Jiahui e demais povos da região;
- quem vai pagar pela queima do patrimônio público;
- porque a justiça dos brancos só enxerga nós como criminosos...

Só vivenciando alguns momentos junto ao povo Tenharin para sentir... choramos muito juntos... é muita dor, é muito pranto na luta por Justiça...

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 106/2014

Brasília, 17 de junho de 2014.

A decisão do conjunto que lá estava é de ir juntos até o final e juntando mais gente pra esta Luta... Por isso elegeram nova diretoria para a APITEN – Associação do Povo Indígena Tenharin, como coordenador geral Antônio Anésio Tenharin...

Por isso, deputado padre TON, independente do calendário da CDHC ou FPDPI urge uma visita aos Tenharin, e melhor ainda se articulada com parlamentares do AM, porque eles estão isolados, abandonados e criminalizados, e passou da hora de mostrarmos que o Povo Tenharin e Jiahui não são criminosos... Criminosa é a bancada ruralista que incita a violência de toda forma para violar os direitos indígenas, dos quilombolas, entre outros neste País e em mídia nacional.

-

*Coordenador Equipe Mandato Dep. Fed. Pe. TON; Graduado em História – UNIR; Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PGDRA/UNIR; Educador Popular; membro do Instituto Madeira Vivo – IMV.



Delitos Indígenas

SÍTIO FONTE BRASIL, 16.06.2014

A Justiça Federal, após pedido do Ministério Público Federal em Roraima (MPF/RR), reconheceu os métodos tradicionais de repressão e aplicou o princípio da insignificância ao julgar ação penal sobre furto de materiais médicos cometido por dois indígenas, em posto da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), na região do Surumú, município de Pacaraima.

Em setembro do ano passado, o MPF pediu a absolvição dos réus à Justiça, por reconhecer a possibilidade de aplicação dos métodos tradicionais indígenas para a repressão de delitos cometidos por índios dentro de sua comunidade. Para o Ministério Público, a pena estabelecida pela comunidade indígena do Contão foi suficiente para punir os acusados e não feriu os direitos fundamentais.

Após apuração dos fatos – tentativa de furto de álcool do Posto de Saúde da FUNASA, dentro do território indígena, para o consumo como bebida – foi constatado pelo MPF que o Tuxaua da Comunidade do Contão, Nicodemos Andrade Ramos, estabeleceu como punição ao furto a realização de limpeza mediante “capinagem” da área do posto de saúde da Funasa, onde ocorreu o delito.

“Este caso apresenta nítida hipótese para aplicação do reconhecimento estatal da autonomia da esfera de juridicidade dos indígenas. Cabe ao Judiciário reconhecer a eficácia da punição aplicada, sob pena de realização de dupla punição”, ponderou o Procurador da República Igor Miranda da Silva.

Ainda de acordo com o procurador da República, a absolvição dos réus foi pedida conforme o princípio da insignificância. “O produto que os réus procuraram furtar (álcool), notoriamente possui reduzido valor patrimonial, além de configurar uma relação indígena interna, pontuada pela problemática do vício alcoólico”, explicou.

A posição do MPF baseia-se no direito dos povos indígenas, assegurado especialmente pelo Decreto nº 5.051/2004, referente à Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, que reconhece os métodos indígenas tradicionais para repressão de delitos cometidos por índios. No aspecto constitucional, o reconhecimento estatal foi concretizado pelo artigo 231 da Constituição da República.

Criança indígena morre em Cacoal, RO, com suspeita de H1N1

SÍTIO NOTÍCIA A JATO, 16.06.2014

Semusa de Cacoal informou, nesta segunda-feira, 16, que espera resultado. Vítima tinha 4 anos; Semusa diz que apenas um caso foi confirmado.



A Secretaria Municipal de Saúde (Semusa) de Cacoal (RO) informou, nesta segunda-feira (16), se a morte de uma criança indígena pode ter sido causada por contaminação da influenza H1N1. A vítima, de 4 anos, era de Espigão D'Oeste (RO) e estava internada no Hospital Municipal Materno Infantil de Cacoal.

O material foi coletado para análise na quinta-feira (12), dia da morte da criança, e enviado ao Laboratório Central de Saúde de Rondônia (Lacen), em Porto Velho. Segundo a Semusa, o resultado deve ficar pronto em 10 dias.

De acordo com a coordenadora de Vigilância em Saúde da Semusa, Ivani Gromann, apenas um caso de H1N1 foi confirmado em Cacoal. No entanto, há pelo menos três mortes com suspeita da doença no município.

Com o vírus em circulação, a coordenadora pede que a população tenha mais cuidado na higienização das mãos. "A principal recomendação é sempre lavar as mãos. Pois, as mãos têm contato direto com outras pessoas e sempre as levamos à boca, nariz, o que pode facilitar o contato. É importante lembrar que o H1N1 é um vírus pesado e ele se dissipa por, aproximadamente, um metro. Portanto, o uso de máscaras não é tão essencial e sim a higienização das mãos", explica.

Vacinação

Com a baixa procura pela imunização, a campanha de vacinação contra o vírus H1N1 foi prorrogada em Cacoal e segue disponível, apenas para os grupos prioritários.

Devem ser vacinadas crianças de seis meses a cinco anos, idosos a partir de 60 anos, trabalhadores de saúde, gestantes ou mulheres que deram à luz recentemente, população carcerária e indígena, e portadores de doenças crônicas, com autorização médica.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 106/2014

Brasília, 17 de junho de 2014.

A vacina é contra indicada para pessoas que tiveram reação anafilática prévia em doses anteriores ou aquelas que tenham alergia grave relacionada a ovo de galinha e seus derivados.

Fonte: g1.globo.com



Boletim de Notícias - Edição nº 106/2014

Brasília, 17 de junho de 2014.

Sul do Brasil, iniciou-se um processo de mudanças que até hoje não terminou. De acordo com alguns pesquisadores, nos primeiros anos da colonização, os atritos entre índios e não índios tiveram como razão imediata o medo e o desconhecimento que uma população tinha da outra.

Hoje, a Terra Indígena (TI) Laklãnõ fica ao longo do Rio Hercílio e Plate, formando a bacia do Rio Itajaí-Açu. Criada no governo de Adolfo Konder em 1926, denominada Posto Indígena Duque de Caxias, foi demarcada oficialmente em 1965 recebendo o nome de Ibirama. Com base nos dados fornecidos pela Funasa de José Boiteux, as terras indígenas são formadas por oito aldeias: Sede, Pavão, Figueira, Palmeira, Toldo, Bugio, Coqueiro e Barragem. Para cada aldeia existe um cacique responsável e um cacique geral que representa os Laklãnõ/Xokleng fora da TI.

Material produzido pela Assessoria de Comunicação da Prefeitura (Sérgio Antonello)



Índios desocupam entrada de projeto Onça Puma, em Ourilândia do Norte

SÍTIO G1, 16.06.2014

*Encontro entre empresa e índios foi agendado para o dia 25 de junho.
Ocupação iniciou no dia 12 de junho.*

Do G1 PA

Um grupo de indígenas que ocupava a entrada do projeto Onça Puma, em Ourilândia do Norte, na região sudeste do Pará, deixou a área na tarde desta segunda-feira (16). Segundo a Vale, responsável pela atividade no local, os índios da etnia Xikrin do Cateté se comprometeram a retornar às suas aldeias após uma reunião com representantes da empresa e Funai.

o encontro foi acordado que haverá uma nova reunião, marcada para o dia 25 de junho, na aldeia indígena Djudjekô, na Terra Indígena Xikrin do Cateté. Na ocasião estarão presentes representantes da Vale e da Funai. Também será convidado a participar o Ministério Público Federal (MPF).

Ainda de acordo com a Vale, os indígenas se comprometeram também a não adotar ações que visem a paralisar ou dificultar atividades do projeto na região, bem como de suas controladas ou coligadas.

Nesta manhã

Cerca de 350 indígenas voltaram bloqueavam a portaria de Onça Puma na manhã desta segunda (16), enquanto 750 empregados próprios e terceirizados trabalhavam na unidade. O bloqueio teve início na manhã de quinta-feira (12).

Aldeia Maracanã: índios removidos entram para o programa Minha Casa, Minha Vida
SÍTIO JORNAL DO BRASIL, 16.06.2014

Grupo está no abrigo provisório de Jacarepaguá há mais de um ano

Jornal do Brasil
Louise Rodrigues*



Organizada por uma belga, a abertura da Copa do Mundo tentou consagrar o clichê do índio feliz e respeitado. Remando em uma canoa, homenageado e aplaudido, o índio mostrado na solenidade não vive a mesma realidade dos grupos indígenas da antiga Aldeia Maracanã. Após sua remoção forçada, índios de diferentes etnias foram levados para um abrigo improvisado em contêineres em Jacarepaguá, na Zona Oeste do Rio.

Segundo o Cacique Tucano, que faz parte do grupo que está no local, o governo incluiu os moradores do abrigo no programa Minha Casa, Minha Vida. "Estamos há quase um ano e três meses nesse abrigo provisório. O governo prometeu criar uma nova aldeia, mas não teve tempo hábil. Agora conseguimos [ser incluídos] o Minha Casa, Minha Vida. Dia 20 vamos lá buscar as chaves e acredito que até agosto vamos para as casas", conta. Ainda de acordo com o Cacique, a reforma e restauro do Museu do Índio devem acontecer depois da Copa do Mundo.

Perguntado sobre a vida no abrigo, ele diz: "Confortável não é. Até porque a cobertura é de lonas, então, faz muito calor e, quando chove, temos problemas também. Além disso, é distante da cidade, né? Lá na Aldeia Maracanã era mais perto, tinha mais condução. O nosso sonho mesmo era montar uma aldeia típica, mas não teve tempo".

Entenda o caso

Em 2012, o governo do Estado anunciou a demolição do prédio do antigo Museu do Índio. A

CONT.



propriedade, que fica nas imediações da Aldeia Maracanã, ocupa uma área de cerca de mil e seiscentos metros quadrados e, na época, já contabilizava 34 anos de inatividade. A decisão de Cabral foi anunciada visando à construção de um estacionamento para a Copa do Mundo de 2014. Na época, a Fifa chegou a desmentir que a demolição do prédio fosse uma exigência para a realização do evento.

No terreno, viviam índios de diferentes etnias. Com a medida, eles foram expulsos do terreno com força policial. O grupo ofereceu resistência à remoção e fez protestos por toda a cidade. Ativistas pediram à Organização das Nações Unidas que investigasse possíveis de abuso policial e violência, devido ao uso de balas de borracha e spray de pimenta.

Contudo, o estacionamento foi construído no Estádio de Atletismo Célio de Barros, único local adequado no Rio de Janeiro para o treinamento de todas as modalidades de atletismo das Olimpíadas de 2016. O Estádio foi fechado em janeiro de 2013, sem aviso prévio aos atletas e treinadores. Para a Copa das Confederações, a pista foi asfaltada, deixando esportistas brasileiros sem lugar apropriado para treinar desde então.

O despecho não agradou a maioria dos índios. Uma parte do grupo decidiu não resistir ao Batalhão de Choque e foi removida para o Hotel Acolhedor Santana 2, no Centro, e depois para um alojamento construído pelo Estado em Jacarepaguá, na Zona Oeste da cidade. Os que foram removidos forçadamente também foram levados para o novo abrigo. O local onde foram construídos os alojamentos abriga a antiga colônia de Curupaiti, destinada aos portadores de hanseníase. Na época da instauração do novo abrigo para índios, o terreno era ocupado por cerca de 2 mil pessoas, sendo 250 hansenianos. Segundo o governo, a medida seria provisória, mas o grupo está no local desde o dia 22 de março de 2013. Além do bairro da Zona Oeste, eles tinham a opção de escolher um espaço em Bonsucesso ou ao lado do galpão da empreiteira Odebrecht, na Avenida Visconde de Niterói. Os alojamentos para residência temporária contam com beliches, contêiner cozinha e contêiner banheiro, sendo um feminino e um masculino.

* Do Programa de Estágio do Jornal do Brasil

Quilombolas da região de Batalha são beneficiados pelo Programa Alagoano de Inclusão Digital

SÍTIO ALAGOAS 24 HORAS, 16.06.2014



Os quilombolas da comunidade Cajá dos Negros, localizada a 25 quilômetros de Batalha, no sertão de Alagoas, contam, desde janeiro deste ano, com acesso à internet, graças ao telecentro instalado no povoado, o qual faz parte do Programa Alagoano de Inclusão Digital, umas das ações estratégicas do Alagoas Tem Pressa, do Governo de Alagoas. Hoje, são 53 unidades em funcionamento em todo o Estado.

Entre as 65 comunidades quilombolas em Alagoas, a do Cajá dos Negros tem 400 pessoas, cerca de 100 famílias, que carecem de vários serviços públicos e de oportunidades. No povoado, a presença da Associação Quilombola Cajá dos Negros, na qual o telecentro está implantado, faz toda a diferença, pois graças ao serviço de um satélite, os moradores estão conectados ao mundo.

O orgulho da negritude é visível no povoado. Os descendentes dos negros escravos que vieram obrigados para o Brasil e fazem parte do Cajá dos Negros declaram que querem continuar na comunidade, mantendo a tradição, a cultura e o valor à origem, mas necessitam de chances para estudar, se capacitar e trabalhar. Por enquanto, o Bolsa Família, programa do Governo Federal de transferência direta de renda para famílias em situação de extrema pobreza ou de pobreza, é o carro-chefe da economia na comunidade, além do trabalho na roça.

CONT.



Cursos de hortas medicinais e alimentação certa

A presidente da Associação, Ivaniza Leite da Silva, explica que o telecentro existe há cinco anos, mas antes o acesso à internet era precário. "Agora, a gente pode correr atrás de parcerias para beneficiar nosso povo porque o objetivo da Associação Quilombola Cajá dos Negros é a geração de renda para a comunidade. Já consegui realizar pela internet curso de hortas medicinais e de alimentação certa", através do Programa Mesa Brasil, do Sesc. Em cada curso 15 pessoas foram capacitadas, segundo Ivaniza.

Além dos cursos de hortas medicinais e alimentação certa, o telecentro já ofereceu também informática básica e já formou duas turmas. Daniela da Silva Bezerra, 22 anos, completou o terceiro ano do ensino médio. Apesar de hoje estar como dona de casa, pretende entrar no mercado de trabalho. Para isso, se matriculou no curso de informática básica no telecentro. "Não tenho computador em casa e nunca havia mexido num, até chegar aqui há um mês. Hoje em dia tudo é com internet e pra trabalhar precisa saber mexer no computador. Pretendo arrumar emprego em loja na cidade e o curso vai me ajudar. Hoje eu já sei entrar no Youtube e no Facebook", conta.

Para Jailson Henrique dos Santos, nove anos, o telecentro é muito legal porque aprendeu muitas palavras novas e até fez um poema sobre carros. O garoto sonha em ser médico "para cuidar dos quilombolas do povoado porque aqui não tem médico". Jailson disputava o computador junto ao Jamerson Pereira Ferreira, de nove anos, e outras duas crianças que queriam entrar no jogo do Homem Aranha e do Ben 10.

A comunidade Cajá dos Negros recebeu a visita do secretário da Ciência, Tecnologia e Inovação, Eduardo Setton, na sexta-feira, 13, que foi conhecer de perto o trabalho do telecentro em benefício aos negros quilombolas. De acordo com Setton, "é impressionante ver a vida de uma comunidade praticamente isolada de tudo e o que a internet pode trazer de bom pra eles. É um trabalho muito gratificante porque a gente percebe que ações simples e contínuas podem mudar a realidade deles pra melhor".

Fonte: Cristina Sampaio

Conversão de índios no Oiapoque muda costumes da aldeia

SÍTIO GOSPEL PRIME, 16.06.2014

Eles frequentam a única igreja da região e realizam o culto em sua língua materna, o palikur



Conversão de índios no Oiapoque
muda costumes da aldeia

Em quase 50 anos a evangelização na aldeia Kumenê, que fica na reserva Uaçá, em Oiapoque (AP), extremo norte do país, mudou os costumes e tradicionais dos índios que ali vivem. São quase 2.000 pessoas, a maioria delas, segundo o cacique Azarias Ioio Iaparrá, 50 anos, já se declaram evangélico e frequentam a única igreja da aldeia, um templo da Assembleia de Deus.

Os índios da reserva são da etnia Palikuré e os primeiros missionários viajaram até eles (20 horas de viagem para chegar na aldeia navegando por três rios do Amapá) eram americanos que começaram a falar sobre Jesus e Salvação.

Até então, como lembra o pastor indígena Florêncio Felício, 55 anos, os índios entendiam que Deus era a natureza. "Os missionários explicaram pra gente que Jesus era o único salvador e que Deus fez o céu e a terra. Primeiro não acreditamos muito, mas depois começamos a aceitar a palavra e fomos nos batizando nas águas", disse que ele se converteu aos 25 anos de idade.

A AD onde os Palikuré realizam os cultos foi construída na década de 1990 e aos poucos a conversão dos índios tem mudado o comportamento dos índios e principalmente seus costumes, o que divide a opinião entre evangélicos e não evangélicos.

Uma das primeiras mudanças percebidas é a distância entre as casas. "Cada família tinha a própria aldeia, mas depois dos missionários passamos a viver mais próximos, como se fosse uma única família", relatou o cacique.

Além disso, outras coisas mudaram: as pessoas não circulam mais nuas pela aldeia, as danças típicas acabaram, não tem mais feitiçaria de pajés e não há mais caxixi, bebida com teor alcoólico feita com mandioca fermentada e saliva.

O dialeto dos índios de Kumenê é o palikur, mesmo sabendo falar português eles continuam usando esta língua para se comunicar e realizam os cultos nesse dialeto.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 106/2014

Brasília, 17 de junho de 2014.

As bandas que tocam na igreja, inclusive, cantam músicas em palikur. Um dos principais grupos de louvor se chama "Missão de Gideão" formado há 20 anos. Um dos membros da banda disse à Rede Amazônica, transmissora da Globo na região, que o sonho do grupo é gravar um CD.

"Missão de Gideão" tem mais de 100 músicas religiosas compostas na língua materna da aldeia, mas para gravar um CD é necessário ter muito dinheiro, não apenas para o trabalho de gravação, mas também para levar todos os integrantes da banda para Macapá em uma viagem que demora mais de 12 horas. Com informações G1

Importante: Professora demitida pela Prefeitura de Jacareacanga denuncia ameaças, intimidação e desrespeito à Constituição e aos direitos dos Munduruku
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.06.2014

Por Emanuelle Limenza Barros



Bagagens, alimentos e materiais para a escola sendo embarcados no caminhão onde os professores também viajarão a caminho da aldeia Munduruku

Este relato visa a denunciar e mostrar como os professores que lecionam pela Secretária de Educação de Jacareacanga são tratados, e como eles burlam a Carta Magna de nosso país, sendo essa a Constituição Federal, tudo para continuarem sua corrida pelo poder e pelo dinheiro.

Em Janeiro de 2014, eu, Emanuelle Limenza Barros, após mandar currículo para vaga de professora de área indígena Munduruku pela Prefeitura de Jacareacanga, logo entraram em contato para formalizar o contrato. Então, no dia 2 de fevereiro do mesmo ano, saí do município de Itaituba, no estado do Pará, rumo ao município de Jacareacanga, para ocupar minha vaga.

Ao chegar na cidade todos os professores de área, ocupam uma casa cedida pela prefeitura; nela ficamos por 14 dias até podermos ir as aldeias, para iniciarmos nosso trabalho.

Na reunião pedagógica (que nem poderia ser chamada assim), a única coisa que nos foi passada pelo supervisor pedagógico Jailson Barreto Pereira eram: "Não fazer amizade com os indígenas, não ter nenhum tipo de relacionamento com os mesmos, não beber com os indígenas, não manter comunicação assídua com os mesmos".

Em nenhum momento foi citado sobre escola diferenciada que pela LDB é obrigatório, planejamento de aulas, ou calendário escolar, assim como normalmente é feito nessas

CONT.



reuniões; o material nós mesmos levamos e escolhemos; e é-nos dado um planejamento pronto, onde devemos colocar nos diários da forma que foi entregue, mesmo se dermos uma aula diferenciada e conforme o aprendizado do aluno.

Esperamos 14 dias na sede, para podermos esperar o transporte, mesmo no calendário dos próprios estando o início da aula colocado para o dia 2 de fevereiro (dia em que cheguei na sede). Após esses dias de espera, chegou finalmente o transporte que nos levaria até o Ramal, um distrito do Apuí, no Amazonas, um caminhão fretado pela prefeitura. Fomos todos em cima desse caminhão, "como bóias frias", junto com combustível, botijão de gás, alimentação e coisas que seriam levadas para as escolas; na chuva utilizávamos lona para nos proteger...

Finalmente após 5 horas de viagem, chegamos ao Ramal, onde passamos 3 dias até chegarem as voadeiras que nos levariam até nosso destino final, as aldeias. Lá não tivemos nenhuma ajuda na alimentação por parte da Prefeitura, tanto que quando acabou o dinheiro para comermos, tivemos que começar a comer as compras que havíamos feito para levar às aldeias; a alimentação é toda por nossa conta.

Depois de 3 dias, a embarcação chegou e nos levou até as aldeias, da mesma forma. Fomos nas voadeiras em dez pessoas, combustível, material da escola, mais a alimentação que havíamos comprado. Outras embarcações levaram até 15 pessoas mais os materiais. "Passamos o inferno para chegar ao paraíso", chuva e sol e nenhum tipo de proteção.

Enfim chegamos à aldeia em que eu lecionaria, Aldeia Missão São Francisco do Rio Cururu, aldeia polo do rio Cururu. Lá como relatei anteriormente foi maravilhoso, fui bem recebida, e logo tratei de conhecer sua cultura, forma de viver e língua. Portanto fiz uma grande amizade com os indígenas e aprendi rápido o básico da língua Munduruku, o que fortaleceu os laços entre mim como professora, os alunos e todos da própria comunidade.

Nessa aldeia, ao todo tínhamos o total de 5 professores não indígenas: eu, Emanuelle; Lucas; Raiza; Dinalva; e a técnica pedagógica Josiane.

Logo no primeiro mês eu e o professor Lucas percebemos que não daria certo o relacionamento entre todos da casa, porque iniciaram as brigas internas, causadas pelo método de ensino utilizado pela técnica Josiane, mas por nós nunca teriam saído essas discussões para aldeia, até que a técnica começou a utilizar seus métodos de forma na minha visão destrutiva para os alunos.

'Direito à Educação Diferenciada'

Nos relatos dos próprios alunos a mesma proibia eles de falarem Munduruku na sala de aula, começou a mandar embora alunos que viessem vestidos de forma diferente ao que ela havia mandado, todos de calça jeans, sapato ou tênis, mesmo sabendo que em uma aldeia indígena não podemos nunca impor o modelo da escola pariwat (não indígena), justamente porque a lei assim explica. Com isso iniciou-se uma ditadura pariwat dentro da escola da aldeia, o que deixou inconformados alunos, professores indígenas, lideranças, eu e o professor Lucas.

CONT.



Dentro da aldeia também ocorriam da parte da mesma e da outra professora Raiza impactos culturais que acabavam por as mesmas, não entendendo a cultura, fazerem comentários no mínimo racistas para os próprios indígenas, o que os deixava bravos. Exemplos: fazerem piadas com o adereço de madeira que o Pajé usa na orelha, falar para as mulheres da aldeia que elas achavam ridículo só elas carregarem o ico (cesta feita de palha para carregarem a colheita, madeira, etc; na língua falada tem o som de itchu), causando assim constrangimento das mesmas dentro da aldeia, o que fez que as brigas se intensificassem dentro da casa dos professores.

Porém, a técnica começou a falar pra aldeia sobre as brigas, levando para fora da casa o que ocorria entre nós, e como a aldeia já estava exausta e não gostavam dela, ficou ao nosso lado; o professor Lucas acabou desistindo e indo embora.

No mês de Fevereiro ainda, ocorreu a demissão dos 70 professores indígenas, o que causou uma comoção por parte desses, que começaram a se unir para conseguirem seus empregos de volta. Algumas aldeias proibiram as aulas dos pariwats até que se resolvesse o assunto (essas mesmas acabaram deixando a aula voltar, quando perceberam que a prefeitura não tinha intenção nenhuma de recontratá-los), ficamos uma semana sem aula, e, como professora, vieram me perguntar se estava certa aquela demissão. Falei a eles a verdade e mostrei os artigos da Constituição e da OIT, que podiam utilizar para uma possível volta, o que fez com que formulássemos um projeto dentro da aldeia, para todas as lideranças, para que ocorressem aulas nos fins de semana sobre estes pontos: Constituição Federal, direitos e deveres indígenas, tipos de documento e OIT 169.

Apereg Ayu e demissões

Em Abril ocorreu a semana do índio e com ela houve na aldeia a Assembleia do Movimento Apereg Ayu (Movimento criado para se opor aos mega projetos que afligem os Munduruku, já que a Associação Pusuru, que respondia por eles, estava negociando com os não indígenas áreas indígenas para mineração e conversando positivamente sobre as barragens, sem o consentimento de todos os Munduruku). A reunião durou 6 dias; participei de todos os dias, como professora dentro da aldeia temos de participar de todos os eventos. Alguns outros professores não indígenas de outras aldeias também participaram, mas da Missão eu fui a única, o que foi para os indígenas a gota d'água sobre a técnica que já pensavam em tirar.

Um dia após o termino da Assembleia, fizeram uma reunião na aldeia, e contaram com o depoimento de professores, alunos, pais de alunos e lideranças, e o resultado foi a expulsão da técnica Josiane da aldeia. Fizeram documento e mandaram pra secretaria. No outro dia antes dela ir embora fui chamada pelo diretor da escola, e ele disse que a Secretaria de Educação havia informado para eu descer junto com ela, porque ela havia denunciado para eles que eu fazia parte do Movimento, e que eu havia influenciado os indígenas contra a mesma. Assim, como pedido eu desci para esclarecer tudo.

Chegando em Jacareacanga, fui até a Secretaria onde conversei com o coordenador de educação, Isaias Krixixi, e tudo parecia esclarecido. Pedi que eu pudesse descer a Itaituba para

CONT.



pegar um computador que havia conseguido para a escola da aldeia, ele permitiu. Fui a Itaituba em um dia e voltei no outro.

Assim que eu cheguei em Jacareacanga, fui chamada na Secretaria de Educação pelo mesmo, onde foi dada minha demissão. Isaias disse a mim que o Secretário de Educação, Pedro Lúcio Luz, havia ligado para ele na noite anterior dizendo que era pra me demitir porque eu estava participando do Movimento indígena Apereg Ayu. Em nenhum momento deram alguma chance de explicação sobre o que me acusavam, porque a forma que falavam eram em tom de acusação, como se eu fosse a pior bandida do mundo.

Acusações e perseguição

Entendo sobre as leis. Eu aceitei mas informei que iria comunicar à aldeia, para não deixar como abandono, e também iria entregar o computador aos indígenas da minha aldeia, que se manifestavam ali contra a demissão dos professores indígenas.

No mesmo dia fui expulsa da casa dos professores, Os únicos que me abrigaram foram os próprios indígenas do movimento na sede em que ficavam. Quando avisei para eles que não voltaria na aldeia porque havia sido demitida, eles ficaram revoltados e foram se manifestar contra. Ao chegarem lá, o mesmo senhor Isaias Krixí informou outra versão da demissão, dizendo que a comunidade em que eu trabalhava havia mandado documento me tirando. O documento nunca foi mostrado nem aos indígenas nem a mim, e o capitão da aldeia, Arlindo Kaba, disse na frente dele que ninguém da aldeia sabia desse documento, e que ele não existia, portanto, se ele existisse era totalmente falso.

Falei via rádio com a aldeia, e todos estavam esperando minha volta, ninguém sabia sobre esse documento. Ainda piorou ao descobrirem que a técnica Josiane, que havia sido tirada realmente da aldeia, tinha sido mandada para outra aldeia perto de Jacareacanga, o que deixou os indígenas indignados.

A partir daí, iniciou-se uma perseguição por parte da Secretaria de Educação e do Ivanio Alencar, Secretário de Assuntos Indígenas, tanto a mim, como ao movimento que fazia manifestações totalmente pacíficas, pedindo a volta dos professores e minha volta.

"Ativista Branca"

O mesmo começou a colocar as pessoas contra o movimento (existem gravações que provam isso) e contra mim, me chamando de "Ativista Branca". Citavam meu nome e minha aparência, falando que eu que estava influenciando os indígenas a fazerem "baderna" na cidade, e que eu tinha que ser expulsa da cidade.

No dia em que queimaram a casa dos professores, eu havia ido lá à tarde. Fui chamada pelos próprios professores, esses que foram colocados contra mim. Quando cheguei lá logo depois Ivanio Alencar chegou com outro homem, esses rudemente me acusaram, me mandaram embora da casa, me ameaçaram dizendo "é melhor você sair da cidade ou se não pode te

CONT.



acontecer coisas”, e os mesmos como em uma “previsão” falaram que os indígenas do Movimento colocariam fogo na casa dos professores por minha causa (isso também tem gravação de áudio). Uma hora depois que sai da casa, ela pegou fogo.

Os indígenas do movimento todos estavam na casa da Maria Leusa, portanto não foram eles que fizeram isso, e na mesma noite, Ivanio Alencar fez uma reunião na casa do prefeito Raulien Queiroz e planejou a “Manifestação popular” que no outro dia tinha por volta de 500 garimpeiros, comerciantes e pessoas ligadas ao governo.

Com palavras absurdas de punição, este senhor incitou todos que participavam a partir pra cima dos indígenas do Movimento, que tomavam café na frente da casa da indígena Maria Leusa Cosme Kaba Munduruku. Com fogos de artifício jogados em cima dos indígenas ele falava frases incitadoras: “hoje rasgo meu documento de secretário”; “vem, seus boiolas”, falava, enquanto os indígenas se escondiam dos fogos de artifício e dos garimpeiros enfurecidos (tem gravação em vídeo).

Ameaças e compromisso

Nesse dia fui informada para me esconder e não sair, porque os mesmos haviam colocado duas pessoas à minha procura, um tal de Gil e de Goiano. Então me escondi até conseguir um transporte para poder ir embora de Jacareacanga. No mesmo dia ao cair da noite fretei um táxi que me trouxe até Itaituba.

Quando cheguei vi que havia blogs com minha foto e acusações, todos os outros professores com medo de serem demitidos ficaram contra mim, e alguns entraram na onda e inventaram coisas sobre mim, para conseguir “pontos” com a secretária.

Em Itaituba continuei a luta com os indígenas do movimento, e conseguimos pelo Ministério Público o pedido para a volta dos 70 professores indígenas, e o pedido de demarcação da aldeia Sawre Maybu, do Médio Tapajós.

Ainda hoje recebo ligações de ameaças com números desconhecidos. A última, na semana em que ocorreu a reunião do Ministério Público, falava: “ou você cala a boca ou te calamos”...

Mesmo após tudo isso não desisti da luta, e cada vez mais sinto à vontade e a coragem de ajudar o povo que me adotou como uma deles e que me batizou no nome deles: Akay Buyat gu Munduruku... Esse é meu nome na aldeia, e respeito muito esse presente que ganhei. E sempre respeitarei esse povo lutador, que só pede a chance de ser ouvido e visto em um país que fecha os olhos para seus originários, e que só luta pelo direito de poderem viver em paz, com sua cultura, sua língua e sua forma natural de viver com todo seu povo.

Obs: Nunca, durante os 4 meses que fiquei na aldeia e trabalhei para a Prefeitura, foi assinado algum tipo de contrato entre as partes.

Enviada para Combate Racismo Ambiental através de Marquinho Mota.

Observação: os entretítulos foram colocados por este blog, para facilitar a leitura.



Índios chegam nesta terça para assistir jogo na Arena e serão recebidos no CAM
SÍTIO OLHAR DIRETO, 16.06.2014

Secopa

Nessa terça-feira (17), às 13h, o Centro Aberto de Mídia de Cuiabá (CAM) recebe indígenas das tribos Pareci e Bakairi para a inauguração oficial da mini Arena Pantanal, novidade que o espaço reserva para jornalistas e convidados.

No local, os índios da tribo Pareci devem fazer uma breve apresentação da modalidade esportiva muito comum na aldeia, o Futebol de Cabeça. A regra, no geral, é bem simples, é válido apenas toque de cabeça. O objetivo, como no vôlei, é deixar a bola cair no chão do campo adversário ou impedi-lo de mandar a bola de volta.

Logo após a vinda até o CAM, todos seguirão até a Arena Pantanal para assistirem a partida Coreia do Sul x Rússia, a convite da Fifa. Ainda no CAM, está programada uma disputa entre torcedores sul-coreanos e russos que vieram até Cuiabá assistir o jogo.

Informações básicas sobre as tribos:

Pareci: A primeira referência dos índios Pareci foi no século XVII. Na época, bandeirantes paulistas vararam os sertões na área que hoje é o estado de Mato Grosso, à caça de índios – prática que aliaram à exploração das riquezas minerais da região.

Bakairi: Antes das rodovias, era a tribo que controlava o acesso das expedições científicas ao alto Xingu, onde parte deles morava. Hoje vivem no sudoeste dessa área, como pescadores e agricultores, sobretudo “mandioqueiros”, como os demais Karib.



Deputado diz que questão indígena em MS pode servir de exemplo para outras áreas
SÍTIO MÍDIAMAX NEWS, 16.06.2014

Evelin Araujo e Juliene Katayama

Segundo declaração do deputado estadual Pedro Kemp (PT) desta terça-feira (17), a negociação de terras da área Buriti, em Sidrolândia, está perto do fim e pode servir de exemplo para outras áreas indígenas no Brasil resolverem o conflito com proprietários.

Um informativo do Ministério da Justiça foi encaminhado afirmando que a mesa de negociações sobre a questão avançou. "Está tudo encaminhado ao TRF3, falta apenas corrigir a divergência nos valores".

Amanhã há outra rodada de negociações para discutir valores. Segundo laudo da Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul), a área vale R\$ 120 milhões.

O valor apresentado em laudo técnico pelas terras antes do levantamento era de R\$ 68 milhões.



Superação de conflito fundiário indígena está perto de se tornar real

SÍTIO PROMAD, 16.06.2014

Superação de conflito fundiário indígena está perto de se tornar real terça-feira, 17 de junho de 2014

Por: Heloíse Gimenes Foto: O Ministério da Justiça e produtores rurais de Mato Grosso do Sul avançaram nas negociações para demarcação de terras indígenas na região da Fazenda Buriti, em Sidrolândia. Na sessão desta terça-feira (17/6), o deputado Pedro Kemp (PT) usou a tribuna para informar que resta apenas a definição dos valores a ser pagos pelas terras para efeito de indenização aos proprietários rurais.

“Recebi um comunicado do Ministério da Justiça, informando que no último dia 13 de junho foi realizada uma reunião entre o governo Federal e representantes dos proprietários rurais, com o objetivo de avançar num acordo sobre a terra indígena Buriti. Os termos da minuta de acordo judicial a ser homologado no Tribunal Regional Federal da 3ª Região estão pacificados, restando as divergências com relação aos valores monetários”, informou o parlamentar.

De acordo com Kemp, amanhã, em Brasília, deverá acontecer mais uma rodada de negociação. “No comunicado, o governo Federal anunciou que irá realizar consultas internas, a fim de viabilizar o acordo que irá possibilitar a superação do conflito fundiário da terra indígena Buriti, dentro do prazo previsto”, acrescentou.

O deputado sugeriu que o acordo final entre produtores e indígenas seja firmado e homologado na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. “Todos os deputados se empenharam para a solução deste conflito. Acreditamos que em poucos meses serão realizadas a demarcação das terras tradicionais indígenas e as indenizações aos proprietários rurais.”

Permitida a reprodução, desde que contenha a assinatura "Portal ALMS".
Crédito obrigatório para as fotografias, no formato "Nome do fotógrafo/ALMS".

Fonte: AL Mato Grosso do Sul - <http://www.al.ms.gov.br/>



Garoto indígena faz protesto durante a cerimônia de abertura da Copa do Mundo
SÍTIO FUNAI, 17.06.2014

Uma criança branca, uma negra e um índio com um cocar entraram juntos na abertura da Copa do Mundo nesta quinta-feira 12. As imagens da televisão mostraram as crianças soltando uma pomba branca minutos antes do início da partida entre Brasil e Croácia. As emissoras omitiram, porém, a imagem do indígena abrindo logo em seguida uma faixa onde estava escrito "demarcação".

A faixa do jovem de 13 anos lembrava a demora do governo federal para demarcar novas terras indígenas no Brasil. O garoto vive na aldeia Krukutu, na região de Parelheiros, no extremo sul da cidade de São Paulo. No local, os índios moram em situação precária enquanto aguardam a assinatura da demarcação pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para que possam ter acesso a uma terra maior. Em uma terra maior, dizem os índios, poderiam retomar seu modo de vida tradicional.

O ato foi pensado há cerca de um mês, quando os organizadores da Copa buscaram os guaranis da cidade para convidá-los a fazer parte da abertura. O convite chegou em meio a uma campanha realizada em todo o Brasil pela demarcação de terras, e os indígenas resolveram aproveitar a oportunidade para mostrarem sua reivindicação.

"Naquele momento, aceitamos o convite e começamos a pensar em fazer alguma coisa na abertura. Nós organizamos que alguém iria entrar com uma faixa escondida, aí falamos para ele: 'abre a faixa lá e seja o que Deus quiser' ", diz Fabio Jekupé, liderança da aldeia indígena.

Fábio conta não ter ficado surpreso com a omissão do ato na televisão. "Eles não querem mostrar isso, querem mostrar só a paz entre os povos para dizer que está tudo bem e está tudo legal, mas a situação aqui não é essa" diz, referindo-se a entrada das três crianças juntas passando uma ideia de paz.

Em meio a uma campanha pela demarcação de terras em todo país, os guaranis dizem que não são contra a Copa. Segundo David Karai, morador da aldeia do Jaraguá em São Paulo, os indígenas não participaram dos atos contra o mundial, mas dizem que o evento foi uma oportunidade para mostrar ao mundo a situação em que vivem. "Os guaranis estão vendo a copa, todos os jogos. Por isso mesmo nós temos que ir pra rua e mostrar que nós estamos vivos, para nós sermos lembrados".

Postado por FUNAI - Coordenação Regional do Litoral Sudeste - ITANHAÉM/SP

Autonomia indígena: município mexicano ganha na justiça direito de se autogovernar
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.06.2014

Desde 2011, Cherán, localizado no Estado de Michoacán, enfrenta com sabedoria indígena o avanço dos cartéis e do crime organizado



As fogueiras são elementos centrais da organização popular de Cherán.
Ao redor delas são decididos importantes questões locais

Federico Mastrogiovanni – Opera Mundi

Cherán não é uma comunidade comum no México. Formado em sua maioria por indígenas de etnia purépecha, localizado no Estado de Michoacán, o município se organizou em abril de 2011 para se defender de grupos de “talamontes” – dedicados ao corte clandestino de árvores e ligados a cartéis de drogas. A ação foi urgente, pois os bosques originários da região estavam sendo completamente destruídos.

Com reuniões tradicionais na rua ao redor das fogueiras, forma de organização típica dos purépecha, os habitantes de Cherán conseguiram reorganizar a Ronda Comunitária e expulsar não apenas os criminosos, mas também eliminar tanto o presidente municipal como os partidos políticos, instituindo um Conselho Maior.

O órgão é formado por 12 pessoas eleitas nos quatro bairros do povo, onde vivem cerca de 11 mil pessoas. Nem o Congresso local, nem o governo do Estado, quiseram reconhecer a autoridade indígena de Cherán, a qual até pouco tempo consideravam “rebelde”.

No entanto, em 26 de maio, por meio de uma resolução histórica, a Suprema Corte de Justiça da Nação (SCJN) reconheceu a autoridade da comunidade indígena de Cherán para eleger suas

CONT.



autoridades seguindo seus usos e costumes, como garantido pelo artigo 2 da Constituição mexicana.

“Acredito que os povos e comunidades indígenas podem se organizar de diferentes formas, uma delas sendo os municípios indígenas”, disse, durante a discussão, o ministro Arturo Zaldívar, um dos 9 – de 11 – que votaram a favor da decisão.

Em Cherán, o Conselho Maior funciona como a máxima autoridade indígena do município, onde a figura do presidente municipal já não garantia a correta gestão do poder. As rondas tradicionais sempre tinham sido parte da gestão da segurança nas comunidades Purépecha e, em Cherán, se transformaram em uma força de polícia que substituiu a polícia municipal, acusada pelos habitantes de corrupção e conluio com os grupos criminosos da região.

O exemplo de auto-organização é tão bem sucedido que inspirou todos os grupos de autodefesas e de polícias comunitárias que surgiram no Estado de Michoacán a partir de fevereiro de 2013.

Vitória parcial

Junto à luta armada, os moradores de Cherán fizeram um esforço legal para ver reconhecido seu direito à autodeterminação e ao autogoverno a partir de seus usos e costumes indígenas. Porém, de acordo com o advogado David Romer, membro do Conselho de Honra e Justiça de Cherán, o órgão comunitário que se encarrega da administração da justiça e é responsável pela Ronda Comunitária, ainda não é o momento para festejar.

“Não existe ainda uma postura do Conselho Maior a respeito”, explicou David em entrevista a Opera Mundi. “Mas é possível destacar alguns pontos-chave”, continuou. Um deles, segundo o membro da instituição indígena, é que finalmente “a SCJN reconhece o governo de Cherán como diferente, regido por nossos usos e costumes e no mesmo nível de qualquer outro governo municipal do México.”

Em 2012, o Congresso de Michoacán aprovou uma reforma constitucional do Estado que afetava as comunidades indígenas sem consultar seus representantes. Os deputados locais tinham argumentado a inexistência de uma autoridade formal na localidade para fazer uma consulta popular, não reconhecendo o Conselho Maior como autoridade legítima. Agora, o plenário da SCJN declarou inválidas essas reformas, impugnadas pelo município de Cherán.

A decisão da Suprema Corte reconhece que o município indígena de Cherán tem legitimidade para impugnar a reforma na Constituição estatal em matéria de povos indígenas promulgada em 2012. No entanto, a reforma feita na lei do Estado de Michoacán será invalidada apenas no caso de Cherán, mas não acontecerá o mesmo com os outros municípios afetados, uma vez que só Cherán se pronunciou a tempo sobre a controvérsia constitucional frente à SCJN.

“Isso quer dizer que não é automático que o que foi decidido a nosso favor vai representar um precedente para todas as comunidades indígenas do país”, destacou Romero. E, além disso,

CONT.



afirmou, “agora, o poder legislativo de Michoacán terá de ditar os prazos e a agenda para cumprir a determinação da SCJN, o que pode ser levar um tempo indefinido.”

Trata-se de uma vitória parcial para os povos indígenas do México que anseiam por uma autonomia que garanta e reconheça seu direito e sua organização tão válida como a do Estado mexicano.

Em sua autonomia, o Conselho Maior de Cherán se negou a implementar o Mando Único de Polícia [Comando Único Policial, em tradução livre] em Michoacán, um projeto promovido pelo comissário federal, Alfredo Castillo, por causa da violência dos últimos meses em Michoacán.

O município de Cherán se negou a substituir a Ronda Comunitária por uma polícia estatal. A segurança de seu município ficará nas mãos de sua própria polícia, porque o Conselho Indígena não aceita que estranhos entrem em sua comunidade para controlar sua segurança, que é um dos temas centrais das autoridades purépecha: “É uma questão de prioridades”, ressaltou Romero. “Os atores criminais em Michoacán estão se reposicionando e é fundamental manter a atenção alta na questão da segurança”.



Divulgado relatório que aponta graves violações de direitos de indígenas no MS
SÍTIO CIMI, 17.06.2014

A Relatoria do Direito Humano à Terra, Território e Alimentação divulgou nesta segunda-feira (16) o relatório "Violações de direitos humanos dos indígenas no Estado do Mato Grosso do Sul". O documento é resultado de Missão de investigação realizada pela Relatoria nos dias 13 a 17 de agosto de 2013.

A situação dos indígenas no Estado é gritante no campo dos direitos humanos. A negação do acesso ao território implica diversos outros problemas, como a ausência de acesso a alimentação adequada, moradia, além de gerar um contexto de violência e segregação social.

Além de apontar as violações, o relatório também traz as recomendações encaminhadas pela Relatoria ao poder público.

O que é a Relatoria

A Relatoria do Direito Humano à Terra, Território e Alimentação integra as Relatorias em Direitos Humanos, uma iniciativa da sociedade civil brasileira que tem como objetivo contribuir para que o Brasil adote um padrão de respeito aos direitos humanos, tendo por fundamento a Constituição Federal, o Programa Nacional de Direitos Humanos, os tratados e convenções internacionais de proteção aos direitos humanos ratificados pelo Brasil e as recomendações de órgãos internacionais de monitoramento.

[Baixe o relatório](#)



Diocese de Roraima divulga nota sobre Mineração e Hidrelétricas em Terras Indígenas SÍTIO CIMI, 17.06.2014

Em nota, a diocese de Roraima aborda a questão da prática da mineração e instalação de hidrelétricas em terras indígenas na região. De acordo com o texto, "os impactos ambientais desses grandes projetos são incalculáveis e irreversíveis, já suficientemente demonstrados por estudos científicos e pela própria experiência de projetos passados".

Mineração e Hidrelétricas em Terras Indígenas

"A Igreja está na Amazônia
não como aqueles que têm as malas na mão,
para partir depois de terem explorado
tudo o que puderam".

(Papa Francisco aos Bispos do Brasil, Rio de Janeiro, 27 de julho de 2013)



O nosso país intensificou, nos últimos anos, uma política de crescimento econômico que passa pela exploração dos recursos naturais para a exportação. Este modelo econômico não é novo e já nos legou marcas de desigualdade social e de injustiça ambiental: os benefícios ficam na mão de poucos, enquanto os impactos e prejuízos, muitos deles irreversíveis, pesam sobre as costas de comunidades indígenas, camponesas, ribeirinhas e quilombolas; repercutem ainda no inchaço de muitas de nossas cidades. Mesmo não sendo um modelo novo, estamos assistindo a sua intensificação, fazendo lembrar as políticas

do mal chamado "desenvolvimento", que o Regime Militar impulsionou na década de 1970.

Tal realidade é mais gritante na região amazônica. Dezenas de projetos de médias e grandes hidrelétricas estão barrando o curso dos rios que formam a bacia amazônica. Do Teles Pires ao rio Branco, do Madeira ao Tapajós e o Xingu, passando por outras barragens projetadas sobre rios amazônicos de países vizinhos, como Peru e Bolívia. Os impactos ambientais desses grandes projetos são incalculáveis e irreversíveis, já suficientemente demonstrados por estudos científicos e pela própria experiência de projetos passados. E os impactos sobre os territórios e a vida de tantas comunidades ribeirinhas e indígenas, considerando particularmente os povos indígenas isolados, serão gravíssimos.

CONT.



Os grandes projetos hidrelétricos não são pensados para as comunidades e regiões locais. Respondem a interesses maiores, de grandes empresas nacionais e transnacionais e ao ídolo do crescimento macroeconômico que a miopia política insiste em perseguir. Hidrelétricas e Mineração sempre andaram juntas: todo projeto hidrelétrico abre a porta, favorece e alimenta os grandes projetos de mineração para exportação que rondam a Amazônia.

O Governo Federal propõe-se a multiplicar por quatro a exploração mineral em nosso país até 2030. No decorrer dos próximos anos, incrementará grandes projetos extrativos, razão pela qual se empenha, junto com o Congresso Nacional, pela aprovação do Novo Código de Mineração. Circula ainda na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 1610/99. Este Projeto de Lei visa regulamentar a mineração em terras indígenas, sem garantir salvaguardas sobre lugares sagrados nem medidas para proteger a vida das comunidades.

A Amazônia, como se sabe, é região cobiçada pelos interesses minerários que reúnem grandes empresas transnacionais a setores políticos e econômicos de nosso país. Recordamos os 30 anos da exploração no Carajás como prova de que a mineração em grande escala traz consequências funestas: é um tipo de economia que absorve a maior parte dos empreendimentos econômicos sem conseguir diversificá-los nem construir uma perspectiva de sustentabilidade na região. Provoca a chegada de milhares de trabalhadores, a criação espontânea de vilas e cidades e o acúmulo de toneladas de rejeitos. Não existem experiências bem sucedidas de políticas preventivas ao fim do minério. Quando a exploração mineira se esgota (muitas vezes antes do previsto), os impactos deixados se tornam irreversíveis e a recuperação social, econômica e ambiental fica comprometida.

A quem pode interessar um crescimento econômico assim? É este o desenvolvimento em que acreditamos, aquele que gera vida para todos e vida em abundância?

No mês de maio, povos indígenas de Roraima, Guiana e Venezuela, junto com o CIMI, o ISA e outros, reuniram-se na comunidade de Tabalascada no I Seminário sobre Mineração e Hidrelétricas em Terras Indígenas. Nesse encontro, os povos indígenas levantaram sua voz firme e clara contra esses grandes projetos em seus territórios. "Para nós, o que tem importância é a terra, a vida, as florestas, os animais, a cultura, a tranquilidade e essa forma de vida garantida para nossas futuras gerações", afirma o documento final do encontro. Do território guianense, 68% podem ser afetados por projetos de mineração e hidrelétricas. Na Venezuela, avançam as concessões de vastas áreas amazônicas do país para empresas chinesas, enquanto 90% das terras indígenas ainda não foram demarcadas. O Brasil, além de encaminhar propostas legislativas visando permitir e facilitar esses empreendimentos nos territórios indígenas, já vem comprometendo recursos públicos (de todos nós!) no financiamento de grandes projetos em países vizinhos, como Peru, Bolívia e Guiana.

Os povos indígenas têm o direito de serem consultados e definirem livremente o caminho que querem seguir. Em uma Nota da Hutukara Associação Yanomami – HAY, Davi Kopenawa Yanomami afirma sabiamente: "Nós não somos contra o desenvolvimento: nós somos contra apenas o desenvolvimento que vocês, brancos, querem empurrar para cima de nós [...]. Nós, Yanomami, temos outras riquezas deixadas pelos nossos antigos que vocês, brancos, não

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 106/2014

Brasília, 17 de junho de 2014.

conseguem enxergar: a terra que nos dá vida, a água limpa que tomamos, nossas crianças satisfeitas”. Os Estados, por sua vez, têm o dever legal e moral de consultar os povos indígenas sobre quaisquer empreendimentos ou iniciativas legislativas que os afetem, e, em decorrência, respeitar assuas decisões.

Os povos amazônicos são portadores de uma enorme contribuição para a vida e o nosso futuro. Sua profunda espiritualidade, sua relação com a Mãe-Terra, com as florestas, os rios e todas as formas de vida com que convivem; seu impressionante acervo de conhecimentos aponta caminhos diferentes e humanizadores para todos nós.

Mineração e Hidrelétricas são faces de um projeto econômico que é lesivo não apenas para os povos indígenas, mas para toda a sociedade e o planeta. Agride a Vida e compromete as gerações que virão depois de nós. Como diz o Documento de Aparecida, conclusivo da V Conferência Episcopal da América Latina e do Caribe: “Nossa irmã a mãe terra é nossa casa comum e o lugar da aliança de Deus com os seres humanos e com toda a criação. Desatender as mútuas relações e o equilíbrio que o próprio Deus estabeleceu entre as realidades criadas, é uma ofensa ao Criador, um atentado contra a biodiversidade e, definitivamente, contra a vida”. (DAP.125).

Boa Vista-RR, 06 de Junho de 2014

Roque Paloschi

Bispo da Diocese de Roraima

Na Bahia, comunidade pesqueira quilombola de Santiago do Iguape realiza mês de mutirão para a Campanha pelo Território Pesqueiro
SÍTIO PORTAL PCH, 17.06.2014

Por MPP/Bahia

Com muita organização e alegria, a Comunidade Pesqueira Quilombola de Santiago do Iguape, em Cachoeira/BA, escolheu o mês de junho para sair às ruas coletando assinaturas e afirmando seu engajamento com a Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras.

O dia 04 marcou o início do mutirão e contou com a presença de lideranças do Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP) de outras comunidades. "Além da coleta de assinaturas, temos a tarefa de mobilizar a comunidade em torno do tema da Campanha, para isso contamos com o apoio da escola local e da rádio comunitária", afirma uma das lideranças.

Utilizando a metodologia "corpo a corpo" ou "de casa em casa", em apenas um dia de mutirão foram coletadas 500 assinaturas, o que corresponde a aproximadamente 30% do eleitorado local. A expectativa é que até o final do mês sejam coletados as assinaturas de todos os moradores da localidade.

Outro aspecto relevante da experiência foi a participação das lideranças de outras comunidades no sentido de animar as lideranças locais e a troca de saberes referente ao conteúdo da campanha.



Postado por Campanha Nacional pela Regularização



MPF denuncia oito por crimes contra comunidade Retireiros do Araguaia
SÍTIO ISSO É NOTÍCIA, 17.06.2014

Oito integrantes da Associação dos Produtores Rurais (Aprorurais), do município de Luciara (MT), foram denunciados pelo Ministério Público Federal de Barra do Garças pelos crimes de associação criminosa, sequestro e cárcere privado e ameaça contra a comunidade tradicional Retireiros do Araguaia, professores e estudantes da Universidade Federal de Mato Grosso, por conta de uma disputa fundiária na região.

De acordo com a denúncia oferecida no dia dois de maio, a investigação conduzida pela polícia e pelo Ministério Público Federal possui elementos que comprovam que as manifestações contra a comunidade tradicional da região do rio Araguaia não decorreram da manifestação espontânea e de pessoas insatisfeitas com a proposta de constituição da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mato Verdinho, destinada a assegurar o modo de vida retireiro.

“As manifestações e os crimes delas decorrentes foram efetivamente orquestrados, coordenados, financiados e estimulados pela associação criminosa da qual fazem parte todos os denunciados”, afirma o procurador da República Wilson Rocha Assis, na denúncia.

Os envolvidos nos atos de violência são contrários à presença da comunidade na região e à proposta de criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mato Verdinho na região de Luciara para contemplar a área tradicionalmente e historicamente utilizada pela comunidade de retireiros. A proposta da RDS tramita no Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio).

Em parecer do ano de 2010, o ICMBio afirma que “entre os principais conflitos e ameaças ao ambiente e à cultura local dos retireiros do Araguaia, situa-se a grilagem de terras, que historicamente tem contribuído para o aumento da pressão sobre as áreas de retireiros e posseiros locais. Em geral, a grilagem de terras é feita para a aquisição de financiamentos bancários dando a terra como garantia. Nos últimos tempos, no entanto, a pressão da grilagem tem cada vez mais penetrando as áreas inundáveis do Araguaia no sentido oeste-leste, ou seja, vinda do eixo da BR 158 em direção ao rio Araguaia”.

A comunidade dos Retireiros do Araguaia é reconhecida como uma comunidade tradicional que vive na região nordeste de Mato Grosso e possui uma estreita ligação com as áreas inundáveis do rio Araguaia e praticando, de forma tradicional e sustentável, a pecuária de subsistência.

Atentados

Em setembro de 2013, diversos atentados violentos foram planejados pelos oito integrantes da Aprorurais e cometidos com o intuito de intimidar a comunidade dos Retireiros do Araguaia que

CONT.



reivindica a demarcação de uma unidade de conservação de uso sustentável na região. Diversos atos criminosos foram praticados: duas residências foram incendiadas; houve a tentativa de atear fogo no veículo de um retireiro, pneus foram queimados em frente a residências, além de ameaças proferidas contra diversos membros da comunidade. A casa de uma liderança religiosa que apoia a causa dos retireiros foi alvejada por disparos de arma de fogo.

Além dos atentados e ameaças contra os membros da comunidade de retireiros, outros atos de violência foram cometidos durante a semana do dia 19 de setembro de 2013. Um professor, dois motoristas e 16 alunos do curso de mestrado em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, que seguiam para um estudo da comunidade tradicional, foram mantidos em cárcere dentro do ônibus em que seguiam para Luciara e ameaçados de terem o veículo incendiado se não atendessem a ordem de sair da região, sob escolta.